

# Sustentabilidade turística em exame

José Manuel Figueiredo Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Professor Coordenador na Escola Superior de Gestão,  
Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve -  
Portugal - jfigueiredosantos@gmail.com -  
jfsantos@ualg.pt

Recebido em 06.10.2012

Aceito em 10.12.2012

**ARTIGO**

## Resumo

Este artigo, em forma de ensaio, procura trazer ao debate elementos de suspeição relativa aos modelos correntes de análise da sustentabilidade, enquanto expressões de registros mais amplos inscritos na crise da modernidade. Ao mesmo tempo, procura trabalhar a extensão e a lógica de sentido da formulação dos discursos contemporâneos da sustentabilidade turística, à luz da contaminação analítica desses modelos. A construção da noção de sustentabilidade, perspectivada entre o operativismo tecnológico e o decisionismo político, ao se articular com o triplo eixo da preservação-turismo-consumo, interpela muitas das estratégias de figuração e refiguração do turismo que, em discurso, o estão tomando como catalisador do desenvolvimento das economias locais e de elemento de preservação da cultura e do meio ambiente.

Palavras chave: desenvolvimento sustentado, economia ecocêntrica, social-ambientalismo, turismo sustentado.

## Abstract

This article, presented in the form of an essay, seeks to bring to the debate several elements of suspicion regarding the current models of sustainability, as an expression of wider frames inscribed on the modernity crisis. The article analyses the extent and the logics of the construction of sustainable tourism discourses in the light of the analytic contamination of such models. The construction of the concept of sustainability, when put into perspective between the concepts of technological *operativism* and political *decisionism* and articulated with the triple axis of preservation-tourism-consumption, puts into question the nature of many of the figurative and refigurative strategies for tourism. Those strategies seek to take tourism as a catalyst for the stimulation of local economies preserving - at the same time- culture and environment.

Keywords: sustained development, *ecocentric* economy, social-environmentalism,, sustained tourism.

## INTRODUÇÃO

No virar de página de um século XIX centrado na consciência do tempo, como eixo de problematização da vida, estamos assistindo hoje à dissolução do tempo no espaço, numa espécie de regresso arcaico à Terra, por força da nova realidade imposta como sistema de dominação total (chame-se modernidade, capitalismo ou qualquer outro nome que possamos dar ao processo que subjuga a história mundial).

É nesse itinerário, conduzido pela história como tentativa de submissão daquilo a que chamamos Natureza, que reside a ilusão de controle, de reordenamento do real, bem evidentes nos ecologistas que procuram decodificar as suas mudanças cinéticas e viver com elas em perfeita harmonia.

É nessa ilusão que se desenha a metáfora da sustentabilidade, emergindo como mais uma escatologia do imaginário ocidental, e ela nos revela os tons de urgência apocalíptica pressagiados por Berman, relativos à modernidade, de que *“tudo o que é sólido se dissolve no ar”*, mesmo quando se trata da dissolução da solidez da experiência humana perante as convulsões entrópicas do mundo.

Na verdade, a modernidade sempre conviveu perplexa com o seu fim, resoluta com a demanda incessante do novo, hoje plasmado na rapidez, no crescimento exponencial, na aceleração tecnológica e no imperativo de uma mudança econômica induzida pela asfixia ou crise da sua expansão ilimitada.

É uma perplexidade ambivalente, agenciada por escatologias de sinal contrário. As negativas, de remota influência cristã, ligadas ao pânico do apocalipse; as positivas, moldadas pelo otimismo iluminista, apostado no despotismo sobre a natureza, de que não se separa o impacto racionalista da ciência e da tecnologia contemporâneas. E é, sobretudo, neste reduto que se têm processado historicamente as tentativas de apropriação do mundo, afeiçoadas à ideia de que a natureza é compreendida em um controle social inteiramente manejável.

A essa alquimia, acalentada na plasticidade da matéria, verdadeiro campo de batalha da cultura contemporânea, sempre esteve associado o sonho dos positivistas, no que respeita à estabilização do mundo moderno nas figuras da tecnociência, para acabar, de vez, com as suas turbulências.

A uma visão otimista da construção de um mundo estável e ordenado, periciado pela ciência e pela tecnologia, não escaparia o próprio Marx, cujas ideias muito ficariam a dever-se ao pensamento iluminista, apesar do ceticismo evidenciado em relação à técnica, na parábola do aprendiz de feiticeiro.

É da influência do panóptico ocidental, com um lastro imenso em origens arcaicas, que a sustentabilidade está sendo investida, se entrelaçando numa geografia metafisicamente constituída como plataforma de dominação da Terra, através do controle dos recursos, em um jogo de preservação das formas de vida<sup>1</sup>.



Embrulhada num torvelinho de especulações, assediada pela «tecnologização» da natureza e do biológico, a sustentabilidade se está movimentando num arquipélago de cartas, de compromissos de intenções e de agendas, como sintomas emblemáticos da profunda convulsão da modernidade.

Perante uma Terra cartografada, devassada via satélite, assediada por uma sociedade de abundância, como corolário do Iluminismo dos séculos XVIII e XIX, parece que teríamos chegado ao “fim da história”, como se ofereceria à imaginação de Fukuyama.

Todavia, os elementos que corporificam o espaço moderno estão evidenciando uma intensa erosão de expectativas da escatologia iluminista. Em lugar de uma emancipação fundada no consumo induzido, despontou uma sociedade que assiste ao colapso das promessas iluministas, numa experiência bem diferente da prevista, em que a tecnologização da experiência não dissipou a dialética da servidão que tem atravessado toda a nossa história. No lugar de um mundo cada vez mais dominado pela tecnociência, nós temos um outro altamente descontrolado, como um trem a alta velocidade que ninguém sabe para onde vai. É desse descontrolo que está emergindo a metáfora da sustentabilidade, perante a falência de um ideal de modernidade autorregulável, como problema decisivo a que é necessário responder.

## CRÍTICA DAS VISÕES CORRENTES DA SUSTENTABILIDADE

Por conta desse imaginário de controle da mecânica dos acontecimentos, a noção de sustentabilidade está sendo marcada por uma multiplicidade de perspectivas, muitas das quais com recurso a categorias do pensamento que não dão conta do problema essencial de transformação por que passa a experiência historicamente constituída<sup>2</sup>.

Da sua esquematização deduzem-se dois pilares básicos de orientação: o “naturalista”, que privilegia ou restringe o significado do meio-ambiente aos seus aspetos físicos e biológicos, dissociando a sociedade da natureza, e o “crítico”, que sobrevaloriza o ambiente como empreendimento próprio de uma experiência socialmente construída.

Em volta destes dois eixos pairam perspectivas cujos traços importa salientar, uma vez que é nesse caldo cultural de gravitação da sustentabilidade que se produz o confronto com diferentes matrizes de interpelação do desenvolvimento (aqui contrastadas de modo sintético), com repercussões nos modos de abordagem do sistema turístico.

### A escatologia do progresso ilimitado

Movida pela imagem metafísica do progresso ilimitado, a sustentabilidade é moldada pelo ritmo dos processos de inovação, pela velocidade de circulação das in-

formações, pela atualização do conhecimento tecnológico, como marcadores de um desenvolvimento competitivo baseado nas tecnologias genéricas da eletrônica, da informática e telecomunicações, na reestruturação seletiva da indústria e na entrada no circuito dos serviços imateriais de alta tecnologia. A essa imagem preside uma sociedade imaginada como uma constelação de empresas em competição, ainda que operando através de condições político-institucionais, onde o social se esgota na figura dos “recursos humanos”.

Construção compulsiva de uma realidade domesticada, as possibilidades que dela emergem têm-se pautado por ligações operadas pela mão invisível (Adam Smith), e amparadas no fato de, até hoje, todas as barreiras técnicas e econômicas a um aumento exponencial terem sido superadas, apesar de muitas previsões em sentido contrário.

Pensando os modos como a modernidade tem superado as suas crises, a Teoria da Regulação sugere que a reprodução da experiência contemporânea se tem imposto pela criação de um conjunto de instituições inovadoras. Estas têm sido sucessivamente construídas de modo a permitir que o comportamento dos agentes econômicos, separadamente, se articule a novas formas, fazendo com que o todo social não seja comprometido pelo ajustamento das práticas sociais singulares a uma lógica global.

Porém, quando nessa aparelhagem a operatividade dos estímulos keynesianos sofre os primeiros abalos nos anos 70, deixando à margem da Teoria Econômica a Questão Natural, a eclosão do debate iniciado a partir do relatório do Clube de Roma não deixa mais de ter consequências. A modernidade passa a se interrogar quanto à forma de mudança dos comportamentos produtivos e de consumo, do cálculo econômico e dos modos de regulação, para que o modelo de desenvolvimento baseado na racionalidade desenvolvimentista da economia possa prosseguir, ainda que obrigado a um ajustamento das suas formas institucionais. A questão não fica mais por uma ideação do movimento ambientalista. Ela passa a comprometer as elites dirigentes internacionais com a capacidade criativa da sociedade, através dos avanços conceituais provindos do questionamento da racionalidade que tinha formatado o modelo de desenvolvimento das décadas anteriores.

## **A economia ecocêntrica**

Entre reformadores e críticos da economia egocêntrica despontam visões interpretativas que abordam uma perspectiva mais ecocêntrica do desenvolvimento, tomando o espaço como um dos eixos fundamentais da organização discursiva.

A construção das figuras mais marcantes de uma economia “verde” implica análises fatorias e projeções, em que a física dos lugares é tomada pela dependência dos sistemas que sustentam a vida na ecosfera, onde é assumida a premissa de que o desenvolvimento ilimitado implicará na produção ilimitada de entropia, uma vez que o limite potencial da eficiência poderá moderar apenas os efeitos de um crescimento ilimitado por um tempo limitado. Daí a ponderação de uma escala de



sustentabilidade, em função da poupança ou da depreciação dos seus capitais natural e criado. A equidade extrativa seria medida quando um bem da ecosfera migrasse para a tecnosfera: o uso repartido de bens que entram na tecnosfera apenas faria parte dos cálculos na medida em que novos *inputs* da ecosfera fossem necessários para manter a circulação. Equacionando a redução de quotas de *inputs* com vista à minimização de elevados graus de entropia, o seu sucesso passaria a depender do grau de eficiência obtido na passagem para a desmaterialização de produtos próprios de uma sociedade de comunicação, da promoção de uma economia orientada para a substituição de materiais equivalentes mais desejáveis, sem prejuízo da afetação dos padrões de consumo, ou quebra de bem-estar.

Admitindo como fácil a sua cotação matemática, esta lógica deixa em falha questões como a operatividade da mudança da natureza das interdependências entre povos ou nações, a equidade dos deveres e a distribuição equitativa das responsabilidades, num quadro de difícil compatibilização da fiabilidade destes postulados com uma ordem de livre comércio e de mercados sem limites<sup>3</sup>. Tampouco desaparecem os embaraços patentes na possibilidade de transbordo da questão econômica para uma lógica da acessibilidade aos bens materiais, definidos por uma espécie de eugenia ecológica, em nome da racionalização do aproveitamento dos recursos e do saneamento econômico das instituições.

Numa linha de contenção demográfica de tipo neo-malthusiana, orientada para uma eventual superação dos meios de subsistência disponíveis, quer o decisionismo de uma macro-eugenia do Estado ou de uma micro-eugenia de mercado podem conduzir à reativação de um racismo genético, alimentado com a produção de novas categorias de «vidas que não merecem viver». Nesse caso, fariam sentido as perplexidades de Cascais (2002, p. 260), ao referir que, numa ecologia profunda, *“dado o passo do biocentrismo, falta à despistagem genética definir o perfil dos membros da espécie a integrar a futura população de eleitos, dotados das características genéticas desejáveis para ocupar um nicho ecológico redefinido em função do aproveitamento dos recursos escassos do planeta e da sobrevivência da vida biológica não humana”*.

Ficaria ainda por precisar quanto desse impacto na desestabilização dos ecossistemas seria permitido, sem ultrapassar os limites do seu uso sustentável, para já não falar da questão de saber quais os seus custos econômicos e sociais e, dentre estes, quais seriam os custos aceitáveis.

O fundo de verdade deste ecocentrismo, angustiado com o finito, parece constituir menos uma tomada de consciência da fragilidade da Terra do que o pôr em causa o sistema de crescimento econômico, através da crise persistente que o assola.

E, numa tentativa de reposição das premissas de autorregulação, de pouco valem os argumentos sustentados numa falácia ecológica empiricamente armada com argumentos para o meio ambiente, como espécie de contentor que destitui a compreensão da inter-relação com os fenômenos sociais. Tampouco é razoável o seu acantonamento na tecno-burocracia de onde emergiu, não lhe valendo de muito

persistir em dissimulações de recorte intergeracional<sup>4</sup>. Não é possível abdicar de perceber a diversidade social no interior do presente, efetuando o diagnóstico das condições que levaram ao desaparecimento da condição anteriormente existente e aos mecanismos da sua contração<sup>5</sup>.

O problema não desaparece do coração das práticas pelo recuo no banquete da natureza através de uma economia verde, com as suas figuras de ressonância malthusiana, como a capacidade de carga e o desenvolvimento sustentável. Apenas sugere discursos tranquilizantes, impostos à negatividade do atual estado de coisas, a par de que, neomalthusianos, economistas ecológicos e pessimistas tecnológicos, ao associarem a sustentabilidade ao estabelecimento de limites quantitativos ao crescimento econômico, não se libertam da crítica de estarem incorrendo na contradição da promessa liberal de “abundância universal”.

### O “aceleracionismo escatológico”

Se as consequências a extrapolar da aceleração tecno-econômica partilham alguns consensos, já os seus desencontros sugerem encaminhamentos diversos. Embora a mobilização hegemônica do mundo pela técnica mergulhe nessa raiz comum do evolucionismo, o “*aceleracionismo escatológico*”<sup>6</sup> trata a aceleração tecnológica contemporânea não só, ou mesmo principalmente, em termos da sua importância social, política, cultural, mas como definindo por si o vetor da evolução humana.

Aderindo à ideia de que o mundo sofre uma descontinuidade climática análoga a outra bem remota, que terá propiciado uma viragem para a agricultura, como enorme processo de artificialização da natureza, de domesticação das plantas e dos animais, da expansão sem precedentes do *homo sapiens*, de inflexão para um crescimento exponencial, encontra na aceleração da potenciação computacional a solução para lidarmos com a mudança climática e a ela nós, humanos, resistirmos como espécie.

Daí que a atual crise constitua um desafio à inevitável autossuperação do humano como espécie, através da inteligência artificial que poderá dispensá-lo, ou pelo menos passá-lo o mais rápido possível para um estado descorporizado.

É certo que a imersão contínua na tecnologia oni-envolvente, cada vez mais densa e reticulada, mais incorporadora de aceleração contínua, poderá causar alterações irreversíveis no próprio psiquismo humano<sup>7</sup>. Todavia, à cultura sempre tem presidido o desejo de mutações antropológicas radicais, nunca tendo o homem deixado de conviver com o imaginário da sua superação, bem evidente nas imagens dos andróides, dos cyborgs, dos cibos e dos nanobôs.

Se a atualidade resulta de uma cadeia de transformações operadas com a natureza, e como refere Miranda, (2002, p.10) “*acima de tudo com o «biológico», sendo que depende daí a nossa definição do que é humano*”, mal se compreende, deste ponto de vista, a desligadura do processo de aceleração em todos os domínios e níveis de agregação da vida social<sup>8</sup>.



O que, segundo Martins (2002, p. 203), está investido na descoberta da “*tecnologia de aceleração da tecnologia*” plasma-se na trajetória crucial da “*revolução industrial*” até aos nossos dias, cujos marcos essenciais têm residido no crescimento da produção, e também no crescimento exponencial do consumo de energia apropriada e consumida tecnologicamente<sup>9</sup>.

Entendida a tecnologia em termos metafóricos e conjecturais, ocorreram, dos fins do século XIX até hoje, programas de pesquisa sobre a evolução biológica e as suas leis, os ecossistemas, a biosfera, o corpo humano, as economias humanas, em termos energéticos de fluxos de energia. As escatologias que funcionalizam as tecnologias estão fazendo isso agora em termos de informação e computação.

Se bem que a *sociedade de informação*<sup>10</sup> tenda a ocultar a sociedade da energia, as máquinas de informação dependem da eletricidade, e as atividades econômicas, incluindo a “*petro-cultura*” industrializada e quimicalizada, subordinam-se, no grosso das necessidades energéticas, ao consumo de combustíveis fósseis. As nossas sociedades de informação continuam assentes em colossais economias termocráticas, produtoras de entropia<sup>11</sup>.

Das duas grandes curvas de crescimento exponencial da população humana e do consumo de energia, pode dizer-se que uma porção considerável da humanidade já percorreu as transições “*demográfica*” e “*energética*”. No entanto, pouco se fala de uma transição “*informativa*” na trajetória de crescimento exponencial da potência informacional e, bem assim, para os riscos e incertezas da economia eletrônica global, para uma desaceleração tecnocientífica, para uma curva logística do conhecimento-poder tecnocientífico, para uma lei de rendimentos decrescentes da tecnociência, num horizonte próximo, o que evidencia um despreparado otimismo.

## O “*social-ambientalismo*”

Se faz sentido uma problematização ecológica deduzida dos efeitos corrosivos da falta de regulação racional das trocas com a natureza, a nível internacional; se ela ganha centralidade na erosão das fronteiras nacionais globalizadas, é possível perceber aí a entrada em crise de uma certa cartografia política do mundo. Desta relação dá conta Bragança de Miranda (2005, p.27), ao referir que sempre que entra em crise a estrutura histórica que constitui o veículo com que estamos na Terra (...) imediatamente esta reemerge como absoluta, instabilizando a partilha entre comum e privado que, em cada momento, é relativamente estável. Está em causa o regime da propriedade privada e a sua relação à comunalidade.

É neste eixo em que se cruzam ambiguidade e indeterminação entre as imagens de partição e distribuição do território, e a atual circunscrição econômica, política e técnica que dão corpo à modernidade, que a noção de sustentabilidade ganha uma lógica de sentido articulada à questão da equidade global, numa conjugação social e distributiva do espaço.

Que a sustentabilidade não possa deixar de ser cruzada pela discussão subterrâ-

nea que acompanha a mística partilha da Terra, faz tanto mais sentido quanto, Miranda (2005, pp. 32-33) advoga que: nos nossos dias, nos quais está em causa a possibilidade de apropriação da Terra, enquanto planeta, chegamos a um momento terminal, o que alimenta as ficções comunalistas, mesmo por parte dos mais adversos ao comunismo. Os problemas ecológicos que transcendem, largamente, as fronteiras nacionais parecem legitimar esse comunalismo subterrâneo.

É no seio de um imaginário salvífico de controle da Terra, carregado de ligações ao potencial transformador da comunalidade, que o conceito de sustentabilidade dá colo a uma cartografia que requisita a construção de um mundo unido, abrindo com ela uma nova frente de instabilidade. Nesse registro, ganham sentido propostas de transição para a sustentabilidade que levam ao campo do imaginário um debate público orientado para a construção de uma modernidade ético-política.

É um dado que a apropriação da Terra tem passado por dispositivos de domínio envoltos em figuras de espaços protegidos e seguros, através de recortes territoriais. Às dissoluções de fronteiras, que têm culminado na expansão máxima dos espaços, sempre tem correspondido a sua apropriação por soberanias particulares, que depressa potenciaram o extermínio da vida.

Das questões do poder, que a amplitude de significado da sustentabilidade supõe, não se dissocia uma tradição crítica da economia política que vê nesta noção a correspondência analítica a uma fase de pasteurização social do projeto modernizador hegemônico. Daí a suspeição relativa à incorporação de agendas ambientais e urbanas<sup>12</sup>, associadas à aplicação de índices nacionais e internacionais, como placas giratórias para uma certa eficiência ecológica ou regenerativa, indissociáveis de um pensamento único e de um ambiente único, o dos negócios.

Nesta perspectiva, são vários os obstáculos comprometedores de qualquer mudança, nomeadamente a natureza das ações ditadas pela urgência e pelo lucro e o anonimato das redes mundiais de empresas impessoais, financeiras e industriais, cuja responsabilidade se detém na prestação de contas aos acionistas. Deduza-se daí a negação do princípio da sustentabilidade baseada na equidade, com a consequente destituição das necessidades das populações mais carentes, principais vítimas da degradação ambiental.

Assim, é compreensível que esta perspectiva da sustentabilidade possa estar escorada na tese de que o conceito acaba por revelar o que é seu propósito ocultar, isto é, a busca de ajustamentos necessários à preservação da base material do capital, numa luta pela manutenção hegemônica do modelo dominante.

Então, a circularidade da questão não passaria tanto por um esforço de colocar um freio nas condições de apropriação dos recursos planetários, quanto pela tentativa de estabilizar as relações entre a sociedade e a base material da sua reprodução, perpetuando o seu controle por grandes interesses privados. Desse ponto de vista, os resultados não vendáveis do processo produtivo, sob determinados padrões técnicos redefinidos, poderiam continuar a ser jogados nas águas ou no ar, agora





apresentados como níveis *ótimos* de poluição. Ao modelo seria garantida a sua reciclagem, ajustando-se.

Porque as dimensões social e distributiva não são desprezíveis na construção de uma modernidade ético-política, a experiência da atualidade privilegia um sentido político diferente do mencionado, na medida em que se confronta com algo mais radical que uma dada relação com a terra e a partilha histórica delimitadora do que é comum ou privado.

O problema, agora, já não é equacionável apenas através de uma outra forma de ordenação política e social, uma vez que ela só poderá responder de modo insatisfatório a algo de mais radical que coloca em jogo a própria condição da natureza humana, e o seu destino nos termos mais essenciais. Por outro lado, as ambiguidades das imagens fundadas numa sustentabilidade comunal são de duvidoso efeito na superação das interrogações mais angustiadas quanto a novas formas de ação coletiva, imunes a impactos tão diversos quanto os que, segundo Martins (2002, pp. 97-98) ocorrem em todas as escalas espaciais, como sejam *“do virológico ao planetário, dos micro-organismos à biosfera, nas temporalidades humanas, praxiais, vivenciais e convivenciais, (...) nas transações inter-humanas e humano-maquinais, virtuais e em “tempo real”, nos sistemas financeiros e na comunicação mediática”*.

Se é preocupante o destino que esses fenômenos deixam pressentir, a dedução de que nenhuma das teorias está à altura de responder a esta crise constitui já um passo importante na destituição do trabalho ficcional que todas elas comportam. Com efeito, a história não tem absolvido a ficção, porque, sempre que esta se deparou com meios de realização técnica ou política, deu lugar à potenciação da violência.

Se estas cautelas sugerem que todo o ponto de partida é problemático, a nossa aproximação ao turismo não o é menos, uma vez que da desconstrução crítica dos modelos gerais de sustentabilidade resultam questões que só têm razão de ser se, no cruzamento com o campo turístico, esclarecerem alguns traços essenciais das suas transformações.

## ENCRUZILHADAS DA SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA

As noções de sustentabilidade de cada matriz discursiva, associadas às disputas pela hegemonia dos vários discursos sobre o conceito, inauguram algo de novo na sua translação para o campo turístico, ou apenas prosseguem objetivos de *“compensação estética”*, deduzidos da desvalorização das suas formas atuais?

Se pensar o mundo é equacionar-lhe outras possibilidades, haverá alguma razão para que assim não seja no turismo, sobretudo quando nele se fixa um negativismo associado a efeitos como a degradação do ambiente, as distorções nas economias nacionais, a corrupção<sup>13</sup> das culturas tradicionais?

Corroborando a argumentação de Cruz (2002, p. 44) de que *“os mecanismos econômicos e sociais de produção e do consumo industriais participam de um dispositivo onde os afetos e os impulsos, a voluptuosidade e o prazer entram como variáveis determinantes na fixação do valor e das trocas, mediante essa fabricação eficiente de fantasmas”*, não se vê como dissociar o turismo dessa «mobilização erótica», produtora de uma *“espécie de economia geral, responsável por um certo espírito geral do espaço e do tempo”* (Ibidem).

### **Fordismo turístico e sustentabilidade performativa**

A lógica do modelo dominante de turismo está inscrita na escatologia do progresso ilimitado como uma das expressões mais marcantes da abrangência numérica desta experiência nas sociedades mais avançadas. Se o termo que melhor tradução nós encontramos para a expressão é o de turismo de massas, isso não se deve à constituição de um modo de produção e de comercialização classificado como «indústria». Sendo literalmente inapropriado por se tratar da produção de bens materiais, ele colhe pela evocação de uma produção de bens em cadeia, perpetradora de um espaço denso, especializado e homogeneizador, entendido como «produto turístico», produzido por um mercado organizador da produção e consumo induzidos, em grande escala, através da publicidade. Vale dizer que a cultura de saída é trespassada por uma perspectiva utilitarista da «mobilização erótica», como satisfação de um processo vital encorajador do consumo. Trata-se, portanto, de uma razão dirigida à meta maior do agenciamento de todos os fatores interligados – mão de obra, base técnica, escolha da matéria-prima, capital aplicado e a sua volta multiplicada pela mais-valia como moeda corrente da economia<sup>14</sup>.

Nesta linha, segundo Mill e Morrison (1985, p. xvii), as translações sócio-espaciais são absorvidas pela *“indústria turística [que] confere alguma unidade à ideia de turismo e quer de um ponto de vista da imagem quer de um ponto de vista político soa atrativo”*. O turista consumidor é socialmente construído por sistemas técnicos que se implicam em tentativas de racionalização, estabilização e controle do turismo, convertendo o que Bourdieu (1979, p.58) designa de *“apropriação simbólica de um mundo reduzido ao estatuto da paisagem”* num simulacro de ‘tempo livre’ para o consumo. O que a fruição turística oferece, enquanto produto objetivado da indústria, é, segundo Arendt (1972, p. 264), embora num outro registro, o predomínio de *“bens de consumo destinados a ser usados até ao esgotamento, justamente como qualquer outro bem de consumo”*.

Tratando-se de um modelo pilotado pelo marketing, que procura extrair das tipologias de consumo, caucionadas por estilos de vida, a reprodução maximalista do sistema, dificilmente será capaz de por freio a automatismos de repetição e a práticas decorrentes da exploração técnica e industrial da economia do erotismo. Ao aceleracionismo turístico preside uma maximização dos fluxos, que remete a sede principal dos valores estéticos para o processo de mecanização da existência, envolvendo uma contínua substituição de máquinas e de produtos materiais e imateriais por outros.

Assim, torna-se difícil pensar qualquer operação regeneradora que não colida com o argumento de Baudrillard (s/d, p. 68), de que

“o espanto dos economistas e de outros pensadores idealistas do bem-estar perante a evidência da impossibilidade de o sistema do consumo se estabilizar e em confronto com o seu embalo e fuga ilimitados para a frente, é sempre muito instrutivo, revela-se típico da sua visão em termos de crescimento de bens e de rendimentos - e nunca em termos de relação e de diferenciação por sinais”.

Como o autor demonstrou (Idem, pp. 68-69),

o campo do consumo, é [...] um campo social estruturado em que os bens e as próprias necessidades [...] transitam de um grupo modelo e de uma elite diretora para as outras categorias sociais, em conformidade com o seu ritmo de «promoção» relativa. Não existe a massa de consumidores e nenhuma necessidade emerge espontaneamente do consumidor de base: só terá de aparecer no «standard package» das necessidades se já tiver passado pelo «select package».

A essa lei, que dispõe a trajetória do universo do consumo do «select package» para o «standard package», não escapam desejos miméticos de translação dos indivíduos das grandes manchas industrializadas para periferias de prazer, na linha das subversões potenciais do turismo depois da segunda guerra mundial.

Sabemos como essas subversões, geradoras de um amplo «consenso antiturístico»<sup>15</sup>, alcançaram a sua dimensão metafórica na Europa mediterrânea, através do engolimento de pequenos povos de pescadores por formigueiros despojados de pertenças e referências, culminando na erosão das identidades locais. Os sistemas urbanos, que durante séculos se mantiveram em equilíbrio, perderam a escala humana que os tinha tornado aprazíveis, acabando por se tornar fonte de múltiplos problemas, no que foi atribuído à massa um poder apocalíptico sobre os sítios, por aniquilação daquilo que a tinha atraído a esses mesmos lugares.

Vale questionar se o conceito de sustentabilidade pesa na lógica operativa dos investidores, ou se dele apenas se apropriam como adorno estético para os seus propósitos clássicos de pilotagem do turismo.

Na estrutura das relações entre as posições dos grupos colocados em situação de concorrência pela legitimação turística não é difícil observar a impaciência de boa parte dos promotores turísticos com a bandeira do “turismo alternativo”, não excluindo os casos em que a abordagem muda, mas as aspirações se mantêm.

A colocação de idêntica questão aos ambientalistas remete para a convicção de que muitos desses lugares estão irremediavelmente perdidos, acabando a sua dinâ-

mica por torná-los inabitáveis, por semelhança com os problemas dos grandes aglomerados urbanos. Mas, isso não significa que vão desaparecer do mercado. A história recente diz que ciclicamente se recompõem, substituindo uma dada procura por outra menos sensível aos problemas ambientais e de estética urbana.

Nestes lances de posições antagônicas que modelam o campo turístico, a rendição só terá lugar quando um espaço esgotar os seus capitais de atração exotópica. O problema reside, porém, na definição do volume e estrutura desses capitais – econômicos, sociais, culturais, simbólicos, imaginários – que noções de ressonância mais ou menos física, como por exemplo a de capacidade de carga e sua ultrapassagem por força da saturação, não dão conta.

Reduzir a experiência turística à sua densidade material é um equívoco, sobretudo porque não resolvem questões como as de saber como se constroem místicas em relação à natureza e ao *Outro*, enquanto ecos das transformações da cultura e das sensibilidades. Daí que um projeto dirigido a uma análise mais séria da questão passe pela ilustração das diferenças entre a definição física de um território e outra mais fundamentada na espacialidade social<sup>16</sup>.

### **O turismo desorganizado e os desafios da sustentabilidade alternativa**

Expandido como concentração monofuncional da oferta turística à volta de um elemento central de atração, este modelo parece sujeitar-se a mudanças rápidas e radicais que estarão a desembocar na sua implosão, que é também o culminar do seu sucesso, cruzado com perda da sua especificidade. Essa implosão tem sido advogada por peritos, como Urry (1995), Pretes (1995), Jeremy Boissevain (1996), nela diagnosticando sintomas comuns, como a crise da estandardização, traduzida no desejo de férias mais independentes, a disseminação do turismo por novas esferas sociais, a redefinição da autenticidade no turismo, a inovação tecnológica e o hibridismo cultural que avassala a experiência contemporânea do turismo.

Emerge, assim, uma trajetória desestruturadora que Fortuna (1999, pp. 50-51) denomina de *turismo desorganizado*, marcada por uma mudança de tendência que assenta “em grande parte na produção de bens não materiais (símbolos), [que...] confere centralidade a novas preocupações (ambiente, cultura, por exemplo). Tendo em conta que a mobilidade e a viagem se massificaram [...], John Urry argumenta no sentido de estarmos a testemunhar hoje o «fim do turismo»”. Não se trata de o fim do turismo, em si, mas da erosão de um modelo composto por formas estereotipadas de experiência, inscritas na homogeneização e na compactação de aparelhagens, espaços e indivíduos<sup>17</sup>.

No novo modelo “*desorganizado*”, em grande parte trespassado pela produção de bens não-materiais (simbólicos), ganham centralidade novas preocupações como o ambiente e a diversidade cultural, sem que as mesmas deixem de privilegiar o consumo. Alinha-se por uma ideia de estrutura do consumo plástica, transversal à



*“individualização e a informalização”*, redutoras de condicionamentos comportamentais dos indivíduos<sup>18</sup>.

Como resposta plural à estandardização, o turismo passa a conjugar muitas das suas anteriores significações com espaços e atitudes diferentes, expressando as tensões de que atualmente se recobre. É no seio dessa fragmentação que o turismo irrompe nas paisagens desindustrializadas pela crise dos complexos fordistas, através da reconversão de espaços turísticos cristalizados, da preservação patrimonial, da constituição de espaços da hiper-realidade, na crescente procura de estratégias de sustentabilidade<sup>19</sup>.

Nestes cenários ganha pertinência a reflexão crítica, uma vez que, enquanto alternativas de desenvolvimento, tais processos de reconversão turística não estão isentos de problemas. Como requisito de uma experiência doadora de sentido, o passado, a nostalgia e a distinção, ao passarem a incorporar os itinerários do turismo, polarizados em torno de espaços *histórico-monumentais*, deveriam preservar o seu simbolismo histórico e cultural. Porém, o que está acontecendo, na atribuição de novas funções representacionais e simbólicas a esses espaços, é o desdobramento da sua vocação pública em dois novos sentidos: o de símbolos da história coletiva das cidades e o de lugares cosmopolitas organizados em torno do turismo, do lazer e da estetização das paisagens culturais urbanas.

Sujeitos a processos intensivos de culturalização e patrimonialização, a recuperação desses lugares tanto pode ser encaminhada como um processo de enobrecimento urbano, no sentido da sua reconstituição como símbolo da história coletiva, de preservação das memórias locais, como pode ser engolida por seletividades e exclusões sociais irreparáveis (gentrificação), que colocam em causa a propalada sustentabilidade.

Onde despontam esforços de revitalização dos espaços vernáculos das cidades constatam-se transferências de propriedade e de desfrute, originando o que Larkham (1995, p. 102) designa de *“áreas snob”*, desvirtuadoras do processo de conservação dos espaços, desviando-os da sua função original. Ficando em falha uma lógica de singularidade e de identificação com a herança patrimonial, fica aberto o caminho ao gozo imediatista de espaços que, fugazmente, se aproximam da museificação e da disneylização dos lugares, evocados por Foucault como espaços heterotópicos que preservam o tempo e a cultura, ao mesmo tempo que a abolem<sup>20</sup>.

Trata-se, para Urry (1995), de uma experiência incorporadora de certas características pós-modernas. Nela, é visível a ênfase colocada no espetáculo e no entretenimento, na (a) espacialidade e na (b) temporalidade<sup>21</sup> que se recobrem de estética, de (des)socialização e de artificialidade, em síntese, de *mise-en-scène* urbana, com tradução na transformação das cidades em vitrines museológicas, evidentes na instrumentação dos monumentos limpos, rebocados, iluminados<sup>22</sup> e convertidos em *“indústria da herança”*<sup>23</sup>. Daí que o valor de que o património se revestia (fosse de que tipo fosse), ao inscrever-se nos interesses lineares dos consumido-

res e não nas práticas e sentidos daqueles que os criaram, não esteja dissociado da emergência de movimentos conservacionistas da cultura<sup>24</sup>, enquanto expressão das tensões que envolvem as relações entre o património e a indústria turística<sup>25</sup>.

Com frequência, estes processos têm integrado a construção simbólica de cidades-modelo competitivas, com deslizos para uma pasteurização e simplificação das identidades urbanas, que envolvem muitas das experiências de conservação, renovação e de revitalização de áreas degradadas. Se apoiados no tripé preservação-turismo-consumo, orientado pela lógica da sua artificialização e elitização, esses espaços acabam desvinculados dos seus contextos socioculturais originais, pondo em cheque uma visão socialmente integrada da sustentabilidade. Este processo, levado às últimas consequências se refere à objetivação e à mercantilização da cultura, contaminada de pseudoacontecimentos que problematizam as autenticidades locais<sup>26</sup>.

À medida que os produtos culturais se incorporam no ciclo das trocas mercantis, a autenticidade dos cenários turísticos torna-se controversa, a ponto de Harvey, em a *Condição Pós-Moderna*, advogar essas práticas como autenticamente inautênticas, dado que, em vez da busca de raízes, o que o turista encontra são propostas de consumo recreativo associadas a simulacros, a pastiches, e nada mais.

Por sua vez, a preservação reservista das “áreas naturais”<sup>27</sup> também não está isenta de críticas. O arquivismo museológico, operado na invenção dos “parques e reservas naturais”,<sup>28</sup> sugere, no dizer de Jeudy (1986, pp. 7-9), que “para lá dos prazeres obsessivos da salvaguarda dos objetos aparece um movimento de consagração de todos os signos culturais [...] Nada parece escapar a essa empresa de arquivo e classificação [... pelo que] as palavras «patrimônio», «memória coletiva» ou «identidade cultural» perdem o seu poder conceitual ao tornarem-se expressões vagas que acabam por designar o esgotamento do seu próprio sentido”<sup>29</sup>.

A noção de arquivo museificador<sup>30</sup>, como manutenção de um estado de reconhecimento do passado liberto da intervenção humana, corresponde, na verdade, a uma vontade de preservação institucional do espaço. Mas essa vontade não é alheia a uma definição dos novos modos de relacionamento social, operados por uma prisão denunciadora de quem como observa Campos (1999, pp. 49-70), “os parques naturais são invenções culturais”. Não estamos mais perante espaços naturais, mas perante uma inseminação temporal, alusiva a uma imagem idílica da natureza, em que o regime de proteção do espaço valorizado<sup>31</sup> se faz sentir como possibilidade de acesso a referentes simbólicos para os urbanos, instituindo a natureza como objeto de desejo ou de apreciação estética<sup>32</sup>.

Turner (op. cit., pp. 268-269) alude a estes espaços conservados como sendo uma “espécie de ecologia sem sociologia”, salientando que “não se trata de zonas intactas, impolutas, senão de vastíssimos zoológicos, com limites claramente definidos, que impedem a emigração dos animais e que desse modo os priva de um dos sistemas mais naturais para cura dos males de superpopulação. A experiência do turista parece ser mais que esquizóide, já que dirige toda a atenção aos animais, e não aos homens que com eles convivem”.

Este modo de conservação, hipotecado a uma vontade estética evocativa da transformação dos produtores de alimentos em guardadores de paisagens e memórias, está recreando, com sucesso, a natureza em estado puro, rendida à herança aristocrática das obsessivas práticas dos safaris, propostas pela iconografia das brochuras turísticas. Com a diferença de que, agora, trata-se de uma relação *voyeurista* que troca a espingarda pelos disparos da máquina fotográfica, associados ao temor entorpecido por uma experiência controlada pelos agentes turísticos. Daí que o safari fotográfico ofereça *“um daqueles paradoxos que tanto abundam no turismo. Os movimentos do turista que realiza um destes safaris estão mais constrangidos e controlados que de costume, e suas experiências mais que nunca, são outros que as dirigem”* (Idem, pp. 261-262).

Potenciando o imaginário do Éden, estes laboratórios da natureza, aglutinadores de motivos difusos de ordem irracional, ao pugnam pelo repatriamento místico da *“longa história da evolução humana”*<sup>33</sup>, com uma cotação positiva na bolsa de valores simbólicos, estão mais próximos de formas de evidenciar o que a modernidade nos subtraiu, que de fórmulas de saneamento dos desmandos que lhe estão na origem. Na ilustração da experiência moderna não temos como ocultar, ainda, o fato da celebração do inautêntico estar formatando um dos fenômenos mais originais do turismo contemporâneo.

Com a mobilização do mundo pela técnica, sob o signo da globalização, evidente nas tecnologias de ponta e na *mídia*, a elas acoplados, as indústrias cultural e de lazer estão entretecendo uma cultura turística tecnocrônica, transformadora do mundo num paraíso de imagens, videoclipes, *shopping centers*, disneylândias, *“não-espacos”*<sup>34</sup>, numa confusão de fronteiras entre o real e o virtual, entre a representação e a realidade<sup>35</sup>. Nessas transações ganham posição os parques temáticos, que estão alterando a lógica dos espaços turísticos tradicionais, onde, segundo Humberto Eco (1984, p.40), *“o desejo espasmódico do Quase Verdadeiro nasce apenas como reação neurótica ao vazio das lembranças, [em que] o Falso Absoluto é filho da consciência infeliz do presente sem consistência”*. Aí, fica consagrado o que o autor (Idem) designa de gosto pela *“cópia absoluta”*, através de *“uma filosofia da imortalidade enquanto duplicação”*<sup>36</sup>.

Estes espaços têm em comum não estarem sujeitos a uma organização espacial preexistente, estruturando-se a partir de equipamentos separados das ligações intersticiais com as culturas locais, dissociam-se, quer do ponto de vista material, quer psicológico, do ambiente envolvente. Apostados na recreação de simulações do imaginário coletivo como forma de superação da realidade, estes mundos hiper-reais são concebidos como uma versão aperfeiçoada dos espaços que imitam<sup>37</sup>. No dizer de Lopes (1994, p. 158), desenhados como simulacros de cidades, numa representação à escala do urbano, estes *“lugares de zapping [...], paisagens despolidizadas, simplificadas e mercantilizadas [...], são também objeto de um subtil mas efetivo controle social”*, não possuindo os atributos libertários dos espaços que simulam ser.

No fundo, trata-se de uma produção cultural que, sob o ângulo instrumental e do

fabrico impessoal da cultura, como uma experiência para as massas, está melhorando a cultura como entretenimento, mas a está piorando como arte, ao mesmo tempo que aprofunda uma fruição lúdico-turística, periféricamente educativa em relação às questões orientadas para a “conservação da natureza”, ou à participação das comunidades locais.

Dos centros comerciais que desdiferenciam o consumo e o entretenimento, às usinas históricas de que a museologia se apropria, os espaços são cada vez mais concebidos pela engenharia ilustrada como hipermóveis, multi-informados e multipolares. Então, não se estranhe que, à medida que a modernidade carrega consigo uma pluralidade de imagens convergentes na construção/produção do mundo como imagem, o seu processo constituinte reflita uma hibridez das sociedades e das formas econômicas, políticas, sociais e culturais que caracterizaram o conjunto de significações e instituições ligadas às experiências espaço-temporais.

## CONCLUSÕES

Neste quadro de ambivalências, a desorganização do turismo pode constituir uma oportunidade de incorporação das suas políticas nessa problemática seminal associada às convulsões entrópicas do mundo, e não um modo de salvação anacrônica dos lugares turísticos do fim que parece ameaçá-los, perante as dificuldades de salvar o mundo. Sem que uma ideia de turismo sustentado constitua um novo paradigma turístico, os seus fundamentos carecem de ser aprofundados, evitando seduções apaziguadoras de consciências.

Na atualidade, o que está em ato, no turismo ‘alternativo’, é uma forma de mobilização do bom selvagem publicitário, em que o *bios* converge com a técnica como garantia de respeitabilidade, como exigência de responsabilidade envolta por uma sensibilidade estética aos problemas mais centrais da sociedade atual. Todavia, tratando-se de definir uma nova estratégia política que a sua implementação requer, entra-se num campo de duvidosas implicações, onde ganham sentido dispositivos simplificadores, de cunho normativo, que não escapam às pressões ideológicas que estão cercando o assunto.

Daí que não seja acidental que as políticas de turismo mais recentes não tenham originado respostas subversivas ao turismo de massas. Este prossegue a sua conquista avassaladora dos espaços, remetendo o turismo sustentável, verde, ecológico, suave, rural, discreto, para a condição de um jogo estetizante, inscrito no *continuum* histórico com que os discursos oficiais potenciam mercados residuais como marca de todas as atividades turísticas.

O turismo inscreve-se em caminhos contraditórios, se reportados a uma noção integrada de sustentabilidade. Até agora, não se tem pautado tanto pelo seu efetivo papel educativo, valorizador e difusor de paisagens culturais, quanto por formas de desligamento do quotidiano marcadas por uma topografia imaginária de encorajamento geral da procura e do consumo turísticos, em que as políticas ver-





des estão funcionando, segundo Marquard (1991) como “*compensação estética*” ao “*moderno desencanto da realidade*”<sup>38</sup>.

Como resposta à desvalorização das formas dominantes, essa compensação parece não ser casual, enquanto forma de aperfeiçoamento romântico do mundo secularizado. No mínimo, ela está coincidindo com a crise do sujeito moderno, possuído pelo sentimento de precariedade e brevidade da existência, mobilizando-o para o desfrute do máximo de prazer, no seio de uma experiência que, segundo Cruz (2002, p. 44), fez “*das efeições, das paixões e do desejo uma dimensão fundamental do próprio processo civilizacional e tecnológico.*” Daí, o regresso à interlocução com essa força pulsional que leva Lanfant (1992, p. 175) a se questionar: “*porque é que nós, turistas das sociedades pós-industriais, procuramos consumir qualquer coisa destinada a desaparecer? Porque é que esta ameaça é fonte de atração?*”.

O que estas interrogações fazem pressentir é a fragilidade de uma noção de sustentabilidade, ajustada pelo diapasão de uma compensação estética, porventura demasiado limitada para ocultar as contradições próprias da diversidade de atores envolvidos, da sua globalidade espaciotemporal intensiva e da multidimensionalidade dos diferentes programas sociais, econômicos, culturais e ambientais, que está convocando.

Se bem que para os “especialistas” estas reflexões tenham algo de paralisante, uma vez que vêem na técnica e na ciência a demanda pragmática do desenvolvimento sustentável, importa ver que uma forma possível de obviar à escatologia do fim mais ou menos trágico que povoa a nossa imaginação possa passar, na perspectiva de Miranda (1994, p. 17) por um “*cientificismo bem menos virulento*”.

Daí, a sugestão de associação da «economia do conhecimento» a uma reflexão interna ao movimento relativo ao desenvolvimento das ciências, que passa pela interpenetração e o cruzamento dessas diversas linhagens do pensamento filosófico e da teoria social, que têm aberto caminho a uma frutífera investigação sobre a genealogia dos saberes, a onipresença da tecnociência no mundo contemporâneo (problematizada pela tecnoética, pela ecoética e a bioética), as relações entre ciência, tecnologia e sociedade, a especialização e a fragmentação disciplinares. No fundo, nada mais do que o exercício do questionamento que, no dizer de George Steiner, em “A Ideia de Europa”, permitiu o avanço da ciência e da tecnologia europeias, e depois a americana, sobre todas as outras culturas.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henry. Sustentabilidade, Tempo e Espaço [em linha]. Disponível em WWW: <[URL: <http://www.rits.org.br/pbsd>] – [brsut@fase.org.br](mailto:brsut@fase.org.br)]. [Consult. 24 Out. 2005].

ACSELRAD, Henry [et al.]. Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática [em

linha]. 2005, Disponível em WWW: <[URL: <http://www.rits.org.br/pbsd>] – [brsut@fase.org.br](mailto:brsut@fase.org.br)]. [Consult. 24 Out. 2005].

APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large*. Public Worlds, Vol. 1. London: University of Minnesota Press. Minneapolis, 1996.

ARENDT, Hannah. *La crise de la culture*. France: Éditions Gallimard, 1972.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares, Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand, 1994.

AUSTER, Paul. *A Trilogia de Nova Iorque*. Lisboa: Difusão Cultural, 1990.

BALLART, Josep. *El Patrimonio histórico y arqueológico: valor de uso*. Barcelona: Ariel, 1997.

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*, (trad. de Artur Morão). Lisboa: Edições 70.

BERMAN, Marshall [1982]. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOISSEVAIN, Jeremy. *Coping with Tourists, European. Reactions to Mass Tourism*. Oxford: Berghahn Books, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction, Critique Sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

CAMPOS, Joaquín Rodríguez. *También se puede inventar la naturaleza? El poder del Lenguaje de la Cultura Posmoderna*. In: *Etnografía*, Revista Semestral de Antropologia do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE), Vol. III, n.º 1. Lisboa: 1999.

CASCAIS, António Fernando. *Corpo, Extensio*. In: *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, 2002.

CRUZ, Maria Teresa. *Técnica e Afeção*. In: *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Lisboa, Tropismos, 2002.

DEBRAY, Régis. *Curso de Midiologia Geral*. Petrópolis: Vozes, 1993.

ECO, Umberto. *Viagem Na Irrealidade Cotidiana*, 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

FORTES, Otávio Franco. *Gestão Ambiental Urbana, Conceituação básica [em linha]*.



2005, atual. 22.09.2005 [Consult. 24 Out. 2005]. Disponível em WWW: <[URL: <http://www.unilivre.org.br/banco de dados/textos/Forum/gestao.htm>].

FORTUNA, Carlos (org). Cidade, Cultura e Globalização. Oeiras: Celta, 1997.

FORTUNA, Carlos. Identidades, Percursos, Paisagens Culturais, Estudos Sociológicos da Cultura Urbana, 1ª edição. Oeiras: Celta Editora, 1999.

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural, 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JAMESON, F. Postmodernism or the Culture Logic of Late Capitalism. In: *New Left Review*, nº 146, 1984.

JEUDY, Henry-Pierre, *Memoires du Social*, Presses Universitaires de France, Paris, 1986.

JOAQUIM, Graça. A emergência do turismo responsável. In: *Sociologia – problemas e práticas*, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE, Nº 23, 1997.

LANFANT, Marie Françoise. L'Identité en Jeu dans l'Echange Touristique International, *Sociologia Urbana e Rurale*, nº 38. Bolonha: Universidade de Bolonha, 1992.

LARKHAM, Peter J. Heritage as Planned and Conserved. In: David T. Herbert, *Heritage, Tourism and Society*. London: Mansell Publishing Limited. A Cassell Imprint, 1995.

LOPES, João Teixeira. A Inexistente Opção Entre o Local e o Global. *Porto: Sociologia*, 1ª. Série, Vol. 4, 1994.

MARQUARD, Odo. In defense of the Accidental. Oxford: Odeon, 1991.

MARTINS, Hermínio. Corpo, Extensio. In: *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz). Lisboa: Tropismos, 2002.

MILL, Robert Christie e MORRISON, Alastair M. *The Tourisme System*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, 1985.

MIRANDA, José A. Bragança. *Analítica da Atualidade*. Lisboa: Vega, 1994.

MIRANDA, José A. Bragança. *Teoria da Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI, Lda., 2002.

MIRANDA, José A. Bragança. Geografias – Imaginário e controlo da Terra. In: *Revista de comunicação e linguagens*, Nºs 34 e 35 (Org. José. A. Bragança de Miranda e Eduardo Prado Coelho). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MOWFORTH Martin and, MUNT Ian. *Tourism and sustainability, Development and new tourism in the third world*, Second edition. London and New York: Routledge, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich (1891). *Assim Falavra Zaratrusta*. Lisboa: Relógio D'Água, 1998.

PRETES, M. Postmodern Tourism. The Santa Claus Industry. *Annals of Tourism Research*, 23, 1955.

RICHIEZ, Gérald. *Parcs Nationaux et Tourisme en Europe*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1992.

SOJA, Edward. Em espaços diferentes. Lisboa: Revista de Comunicação e Linguagens, Nºs 34 e 35, 2005.

SORKIN, M. Variations on theme park. The new american city and the end of the public space. New York: Nooday, 1992.

SPANGENBERG, Joachim H. Critérios Integrados para a elaboração do Conceito de Sustentabilidade [em linha]. [Consult. 24 Out. 2005]. Disponível em WWW: <[URL: <http://www.rits.org.br/pbsd>] – brsut@fase.org.br], 2005,

TURNER, Louis Y Ash, John. *La Horda Dorada, El turismo internacional y la periferia del placer*. Madrid: Editorial Endymi6n, 1991.

ULTRAMARI, Cl6vis. Da Viabilidade de um Desenvolvimento Sustent6vel para as Cidades [em linha]. 2005, atual. 22.09.2005 [Consult. 24 Out. 2005]. Disponível em WWW: <[URL: [http://www.unilivre.org.br/banco de dados/textos/Forum/viabilid.htm](http://www.unilivre.org.br/banco_de_dados/textos/Forum/viabilid.htm)].

URRY, John. *Consuming Places*. London: Routledge, 1995.

VIARD, Jean. *Penser Les Vacances*. Paris: ed. Actes Sud H., Nyssen, 1984.

VIARD, Jean. *R6inventer les vacances, La nouvelle galaxie du tourisme*. Paris: Secr6tariat d'6tat au Tourisme, Direction du Tourisme, 1998.

WATERS, Malcom. *Globaliza66o*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

WARDE, Alan. Intermedia66o cultural e altera66o do gosto. In: Carlos Fortuna. *Cidade, Cultura e Globaliza66o*. Oeiras, Celta editora, 1997.

## NOTAS

<sup>1</sup> 6 nesse mapa imagin6rio de controle da Terra que se inscreve o desejo de supera66o da encruzilhada da modernidade, num momento em que desabam os chav6es do pro-



gresso e do desenvolvimento ilimitados. Remontando a produção imagética da Terra como totalidade à escrita platônica, o que Foucault criticou como vontade de saber condiz com a instauração do controle, que tanto se aplica ao Globo quanto aos Homens.

<sup>2</sup> O diagnóstico de Auster (1990) é sugestivo: as coisas mudaram e não dispomos de categorias de apreensão do choque desferido pela técnica na experiência moderna.

<sup>3</sup> Basta pensar que esta já supõe um “contrato original”, baseado em trocas desiguais entre países, em que a distribuição de rendimentos indica que uma porção significativa da população vive acima do teto do espaço ambiental, enquanto outra vive abaixo dele.

<sup>4</sup> Como as que se espelham no relatório Brundtland, abordando a sustentabilidade pela satisfação das necessidades presentes, sem comprometer as necessidades das gerações vindouras.

<sup>5</sup> Alcançar um crescimento renovável, conservar recursos e imprimir mudança técnica, são preocupações teleológicas definidas pelos efeitos que se pretendem atingir e não pelos processos sociopolíticos que sustentam tal pretensão.

<sup>6</sup> Ver, a este respeito, Martins (2002).

<sup>7</sup> Como Leroi-Gourhan, um grande pensador da tecnologia, já demonstrou, sempre que o homem mudou radicalmente os seus sistemas técnicos e os seus sistemas sociais foi quase como se mudasse de espécie.

<sup>8</sup> De resto, se a experiência humana tem apontado para crises de sustentabilidade, constituídas como o efeito da realização de certas possibilidades sobre outras, tendo a história decidido as que comprometeram e destruíram as precedentes, não parece haver motivos para encarar estas preocupações de forma negativista.

<sup>9</sup> Ainda nos anos sessenta do século XX a civilização tecnológica era pensada como uma civilização de energia infinita, barata, segura e limpa, medida por escalões sucessivos de milhões e milhões de watts, depois de anteriormente se falar de “cavalos potência”.

<sup>10</sup> Assim a designam Castells (1989), Lyon (1988) e Detragiache (1988), embora com intenções diferentes, para salientar a centralidade que têm nela as atividades ligadas à troca e elaboração de informações.

<sup>11</sup> Se bem que algumas das maiores economias já passaram pela transição energética, com diminuição das taxas de crescimento no consumo de energia, através de maior eficiência na sua utilização, e de um menor desperdício, etc., o consumo total continua a aumentar, isto sem falar nas muitas economias em fase de crescimento energético acelerado, essencialmente do consumo de hidrocarbonetos.

<sup>12</sup> Esta questão não se subtrai às críticas da chamada globalização das agendas ambientais e urbanas pré-determinadas, a suporem: de um lado, a incorporação de padrões genéricos de sustentabilidade urbana e de qualidade de vida, medidos por índices internacionais e nacionais, associados a uma certa eficiência ecológica das cidades; de outro lado, embora indissociável da primeira tendência, as alternativas de gestão ligadas ao planejamento estratégico e ao marketing das cidades, que vem sendo caracterizado pelo aludido pensamento único, como traço marcante do conceito de sustentabilidade.

Se as agendas têm como filosofia de atuação permitir que se pense globalmente e se haja localmente, é de questionar a partir de que ideia de global é possível agir localmente? Pensar o global significa alienar as externalizações, pensando-o como um somatório de locais?

<sup>13</sup> Em alusão ao paradoxo, referido por Turner Y Ash (1991, p. 202) do despertar dos autóctones para a consciência da valia da sua cultura, *“convertidos em espetáculo puramente turístico, retirando-lhe toda a magia que lhes pudessem ter”*.

<sup>14</sup> Para Bourdieu (1979, pp. 272-273), desse jogo não se descartam os aspetos *“de estrutura como o poder que certos indivíduos ou grupos detêm na economia ou mesmo os inúmeros proveitos indiretos e cachês que lhe são correlativos”*.

<sup>15</sup> Ver autores como J. Ash, L. Turner, G. Cazes, Jean-Didier Urbain, entre outros, para quem a progressão numérica dos fluxos turísticos é sempre representada de forma negativa: da explosão ao metafórico «incêndio» de G. Cazes, passando pela dimensão guerreira da invasão, à dimensão eruptiva ou somática do surto, à vaga ou maré como tributo à submersão ou inundação, são imensas as evocações antiturísticas que a assolam.

<sup>16</sup> Ver Edward Soja (2005, p. 307), em alusão ao conceito de espacialidade social, simultaneamente real e imaginada, na linha de influência do autor sugestivo que parece ser Lefebvre, nomeadamente pelos três domínios interpretativos da análise espacial por si definidos. Com efeito, na sua perspetiva, o espaço social deve ser simultaneamente compreendido, concretizado ou vivido ou, como ele o descreve, como práticas do espaço materiais, como representações do espaço evocativas e imaginativas, e ainda como os complexos, combinatórios e nunca totalmente conhecidos Espaços de Representação.

